

Concursos

Seleção com 170 vagas para guardas

Prefeitura da Serra anunciou concursos para candidatos de nível médio completo. Salário é de R\$ 2.200, incluindo benefícios

Jéssica Romanha

Candidatos de nível médio completo que desejam ingressar no serviço público na área de segurança já podem acelerar os estudos. A Prefeitura da Serra anunciou concurso com 170 vagas para guarda municipal armada, com salário de R\$ 2.200, contando com benefícios.

O edital está previsto para sair ainda neste mês de outubro.

O concurso é fruto de um projeto de lei que foi aprovado na última segunda-feira na Câmara de Vereadores e será enviado hoje para o Executivo. O prefeito Audifax Barcelos, autor do projeto, informou que assim que o documento chegar a suas mãos ele será sancio-

nado. "A minha vontade é ter feito o concurso há tempo, pois é um clamor da população", disse.

Segundo informação da prefeitura, a realização do processo licitatório para escolha da organizadora ainda não foi concluído, por isso, não é possível confirmar ainda a banca.

Para participar do concurso os candidatos precisam ter entre 18 e 29 anos, nível médio completo, ser brasileiro, ter habilitação para condução de veículo, no mínimo, na categoria A (moto) ou B (carro) e estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.

A seleção dos candidatos se dará em seis etapas: prova objetiva, teste físico, avaliação psicológica, exames médicos e toxicológico e investigação social. Após a seleção dos agentes, os candidatos ainda vão passar por curso de formação, que vai abordar disciplinas de atividade policial, como armamento, prática de tiro, defesa pessoal, técnicas e táticas de abordagem.

Os aprovados no concurso vão contar com um salário-base de R\$ 1.300, além de adicionais de pe-



AUDIFAX BARCELOS disse que a criação da guarda armada na Serra é um marco histórico e prioridade do governo

riculosidade, insalubridade, auxílio fardamento e tiquete-alimentação de R\$ 300, o que somará um montante salarial de R\$ 2.200. A jornada de trabalho dos guardas será de 40 horas semanais.

Segundo o prefeito Audifax, a criação da guarda armada na Serra é um marco histórico e prioridade de governo mesmo em meio à crise econômica. "A criação da guarda é um marco em função dos benefícios que ela vai trazer para os moradores", afirmou.

SAIRA MAIS

Chances são para nível médio

Concurso

- > ORGAO: Prefeitura da Serra.
- > VAGAS: 170 chances.
- > CARGOS: guarda municipal armada.
- > ESCOLARIDADE: nível médio completo.
- > SALARIO: R\$ 1.300 além de adicionais de periculosidade, insalubridade,

de, auxílio fardamento e tiquete-alimentação de R\$ 300, o que somará um montante salarial de R\$ 2.200. EDITAL: está previsto para ser publicado até o final deste mês. A organizadora ainda não foi divulgada.

Fonte: Prefeitura da Serra.

Termina prazo em São Mateus e Ibraçu

Hoje é o último dia para disputar uma das 371 vagas abertas nos concursos das prefeituras de São Mateus e Ibraçu, no Norte do Estado. As chances ofertam salários de até R\$ 8.800.

Em São Mateus as chances são para cargos de níveis médio e superior e contemplam vagas para as áreas administrativa, de segurança, saúde e educação.

As vagas são para cargos de guarda municipal comunitário, monitor de transporte escolar, motorista, técnico de enfermagem e técnico de informática, farmacêutico, fisioterapeuta, inspetor escolar, médico, entre outros. O salário para os contratados em São Mateus vai de R\$ 788 a R\$ 8.800.

O cadastro pode ser feito até hoje no site www.funcab.org. As taxas vão de R\$ 66 a R\$ 82.

Já com chances para candidatos alfabetizados e de níveis fundamental, médio, técnico e superior, a Prefeitura de Ibraçu, que fica a aproximadamente uma hora da capital, inscreve para as funções de fisioterapeuta, cardiologista, clínico geral, assistente social, au-



VAGAS para fisioterapeuta

ditor, operador de máquina, motorista, entre outros cargos.

O site de inscrição é o www.consulplan.com. O valor da taxa varia de R\$ 45 a R\$ 100.

O salário dos novos servidores vai de R\$ 788 a R\$ 3.601,51, bem como a carga horária de trabalho, que vai de quatro a oito horas diárias.

Tribunal de Justiça do Estado seleciona juízes

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) está com inscrições abertas em processo seletivo para contratação de juiz leigo. Ao todo são 42 vagas, para lotação em juizados especiais de todo o Estado.

O processo seletivo também vai formar cadastro de reserva enquanto durar a validade do edital, que é de dois anos prorrogáveis.

Para participar da seleção, o candidato deve possuir registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sem qualquer restrição ao exercício da advocacia há mais de dois anos, não ter antecedentes criminais nem responder a processo criminal.

As inscrições podem ser feitas até amanhã no site do Tribunal, http://aplicativos.tjes.jus.br/sistemaspublicos/processo_seletivo. A taxa é de R\$ 75.

A remuneração do cargo é feita por projeto de sentença homologado, com valor de R\$ 65 cada.

A seleção será realizada em três fases, de provas objetivas e subjetivas e avaliação de títulos.

Anac contrata banca para organizar provas

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) contratou a banca organizadora do seu próximo concurso, que terá 150 vagas de níveis médio e superior. A instituição escolhida é a Escola de Administração Fazendária, a Esaf.

Os cargos previstos são de técnico administrativo (15 vagas) e téc-

nico em regulação de aviação civil (45), que pagam R\$ 6.062,52 e R\$ 6.330,52, respectivamente.

Também haverá vaga para analista administrativo (25), com salário de R\$ 11.444,29, e para especialista em regulação de aviação civil (65), com R\$ 12.347,49. É exigido para esses cargos nível superior.

CONCURSO SEDU 2015

1º LUGAR EM APROVAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO.

145 h/a - Com Certificado

FACULDADE **SABERES**
A MARCA DA EDUCAÇÃO NO ES

MANHÃ - Início: 13/10/2015

NOITE - Início: 13/10/2015

SÁBADO - Turma iniciando

27 3227-8203
www.saberes.edu.br

ESTUDE COM QUEM SABE O QUE ENSINA!

INVESTIGAÇÃO NA ASSEMBLEIA

CPI quer indenização por prejuízos com o pó preto

Relatório da CPI do Pó Preto pede que empresas paguem pela pintura de prédios e gastos com doenças e construam hospital

Nathália Barreto

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto quer que as empresas Vale, Samarco e ArcelorMittal, consideradas pela investigação poluidoras do Estado, construam um hospital e ampliem outros dois, além de indenizar pessoas que sofreram danos – materiais, como pintura de prédios, e à saúde – por causa da poluição.

Os pedidos estão entre as medidas compensatórias aprovadas no relatório final da CPI que, após 180 dias de trabalhos, foi apresentado ontem na Assembleia Legislativa. O objetivo, segundo os deputados estaduais, é que as empresas reparem danos causados à sociedade pela poluição do ar.

Segundo os deputados, as mineradoras devem financiar a construção do Hospital Estadual, em Cariacica, e implantação de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Infantil, em Vitória, e na Maternidade de Anchieta.

Segundo o presidente da CPI, deputado Rafael Favatto, o relatório será levado a órgãos como o Ministério Público Estadual (MP-ES), Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), entre outros. “O relatório é uma orientação para que se façam as ações e o Ministério Público poderá entrar com ações de igual valor ou superior ao da construção dos hospitais”, disse.

O MP-ES informou, em nota, que vai aguardar o envio do relatório oficial da CPI para posterior análise e manifestação. Já o Iema afirmou que atua seguindo estritamente as normas jurídicas para o desempenho de suas atividades.

O relatório ainda pede o investimento em pesquisa e tecnologias e a instalação de painéis com medi-



RODRIGO GAVINI/AT

das da qualidade do ar, e a disponibilização dos dados na internet.

No total, as medidas somam um investimento de R\$ 304 milhões das empresas até 2020. Segundo o deputado Rafael Favatto, as próprias empresas admitiram serem poluidoras e, por isso, o relatório aponta a compensação à população por todos os anos de exposição a esses poluentes.

O presidente da ONG Juntos SOS Ambiental e membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente Eraylton Moreschi considera que o relatório representa um pequeno avanço na luta contra a poluição do ar na Grande Vitória.

Para Evandro Figueiredo, do Movimento Jardim Camburi Merece Mais, as medidas são uma vitória. “A CPI mostrou que quando a população se une, faz valer seus direitos”, afirmou.

Empresas vão aguardar

Alvos do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto – que recomendou que medidas compensatórias

sejam adotadas pelas mineradoras com atuação no Estado –, as empresas Vale, Samarco e ArcelorMittal informaram, em nota, que vão aguardar o recebimento oficial do relatório da CPI e, só depois de uma análise aprofundada, vão se manifestar a respeito.

A ArcelorMittal Tubarão destacou que vem implementando um plano de investimentos ambientais de US\$ 100 milhões.

Já a Samarco reiterou que, até 2019, investirá mais R\$ 130 milhões para o controle das emissões.



BARREIRA DE vento: investimento

RECLAMAÇÃO

“Não posso nem aproveitar a brisa”

Moradora de Jardim Camburi, a aposentada Vanda Kerckhoff dos Santos disse que o pó preto dificulta a vida dos moradores do bairro.

Limpar a casa de três a quatro vezes por dia e manter as janelas sempre fechadas já virou rotina.

“A janela fica sempre fechada para que a casa fique minimamente limpa. Não podemos nem aproveitar a brisa do mar, que é justamente a proposta de se morar perto da praia”, desabafou.

Alergias respiratórias, agravadas pela poluição, também geram incômodo. “O dia que tirarem essa poluição vai ser a alegria do bairro.”

ALGUMAS MEDIDAS PROPOSTAS NA CPI

Construção de hospital e novas UTIs

1 Compensação

▶ MEDIDAS de compensação por parte das empresas Vale, Samarco e ArcelorMittal foram apontadas. O tópico inclui a construção de três hospitais: Hospital Estadual, em Cariacica, e implantação de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Infantil, em Vitória, e na Maternidade de Anchieta.

▶ TAMBÉM É INDICADO que as empresas financiem pesquisas científicas e invistam em tecnologia para diminuir a emissão de poluentes no ar.

▶ O RELATÓRIO prevê um investimento na soma R\$ 304 milhões até 2020 por parte das mineradoras.

2 Indenizações

▶ SUGERE que as empresas Vale e ArcelorMittal, voluntariamente, promovam programa de reparação aos lesionados por conta da poluição, citando até indenização das despesas

continuas dos cidadãos e estabelecimentos com a limpeza do pó preto e pintura de prédios, e, ainda, tratamento de saúde.

3 Painéis

▶ INSTALAR PAINÉIS que mostram a qualidade do ar em tempo real nas principais vias também é um objetivo apontado pela CPI. Além disso, disponibilizar os dados na internet a fim de ter maior controle, fiscalização e acompanhamento pela população.

4 Código Ambiental

▶ A INTENÇÃO é criar um Código Estadual que reúna as leis ambientais estaduais, com o objetivo de facilitar o conhecimento, acesso e propagação de suas normas.

5 Fundo Estadual

▶ A CRIAÇÃO de um Fundo Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscal-

zação de Impactos Ambientais financiado pelas empresas é uma das recomendações do relatório.

6 Monitoramento

▶ O RELATÓRIO indica que as empresas Vale, ArcelorMittal e Samarco realizem e arquem com os custos inerentes à apuração e monitoramento do leito marinho das áreas do entorno dos seus respectivos empreendimentos.

▶ ALEM DISSO, aponta a ampliação das estações de monitoramento da poluição atmosférica que, hoje, somam nove em Vitória.

▶ TAMBÉM INCLUI a necessidade de modernização do parque de monitoramento para uma fiscalização efetiva e expedição dos alertas necessários à população no que se refere aos níveis de poluição do ar.

7 Licenciamento

▶ PEDE QUE OS ÓRGÃOS responsáveis pelo licenciamento de empresas, como o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) sejam mais rigorosos para o licenciamento ambiental.

8 Projeto de Lei

▶ INDICA a criação de um projeto de lei estadual adotando os critérios de qualidade do ar estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera um nível de segurança aceitável para a saúde humana inferior ao adotado hoje.



ANTONIO COSME - 08/10/2015

As sessões da CPI do Pó Preto: durante os 180 dias de trabalhos foram realizadas sessões, audiências públicas e colidos 51 depoimentos